

Sint-UFG - Eleições 2000

Completo-se no dia 02 último um novo ciclo no processo eleitoral aberto pelo SINT-UFG, com a inscrição de chapas concorrentes.

TRÊS chapas buscam conquistar agora os votos dos filiados e chegar ao comando do Sindicato, a partir do dia 05 de maio próximo, data mar-

cada para posse dos eleitos.

Terminado o prazo de inscrição ficou assim o quadro da disputa:

NOME DOS CANDIDATOS

CHAPAS CARGOS	CHAPA 1 UNIDADE PRA LUTAR	CHAPA 2 RESGATANDO A CIDADANIA	CHAPA 3
Coordenador Sindical	Honório Ândelo da Rocha	Edilson Alves Fiterman	Pedro Rodrigues Cruz
Coord. Sind. Adjunto	João Alcione C. Santos	Elma Dutra Santana	Wilmar Ferraz de Souza
Coord. Org. Adm. Fin. Pat. Palan.	Maria Lucimar M. dos Santos	Thomaz Rodrigues Santana	Pedro Batista da Silva
Coord. Org. Adm. Fin. Pat. Palan. Adjunto	Júlio César Prates	Mônica F. do nascimento	Valéria Roberta da Silva
Coordenação Social	Joaquim Leite de S. José	Maria Marlene de Oliveira	Eulange Sousa
Coord. Social - Adjunto	Elson Antônio de Lima	Leni Santos Rego	Maria Graças B. Borges
Coord. Form. Pol. Sind. Sindical	Eduardo Marques dos Santos	Wilmar Junqueira de Souza	Antônio Gilson P. Silva
Coord. Form. Pol. Sind. Adjunto	Deusair Rodrigues dos Santos	Maria Madalena Rezende Cotrin	Airvelton Machado
Coordenação de Impr. Divulg.	Edilberto Dionísio de Assis	Ivo Pinto de Melo	Roberto Pereira Nunes
Coord. Imprensa Div. Adjunto	Valdete Ferreira de Souza	Cleomar Gomes Nogueira	José Luiz Rocha
Coord. Aposentados e Pension.	Dalênilde Pereira Coqueiro	Maria de Lourdes F. Câmara	Ancelmo Rodrigues da Silva
Coord. Apos. Pens. Adjunto	Joana Rosa Mendonça	Espedita Gomes M. Oliveira	Elizabeth Torpes Vaz
Sec. Org. Adm. Sede Social	Pedro Zeferino de Oliveira	Iracema Cândida Silva	Clêmia Borges Martins
Sec. Adm. Sede Social - Adjunto	João da Cunha Lima	Joana Queiroz Oliv. Gonçalves	Jorge Roberto Brito
Sec. Assuntos Jurídicos e Trab.	Joaquim Pedro da Silva	Divino Carlos da Silva	Fernando Venâncio
Sec. Ass. Jur. Trab. Adjunto	Flávio Silva	Maria de Lourdes Nascimento	Wanderlei Francisco Sales
Secretaria Esporte e Cultura	Luís Mauro de Souza	Rony de Paula Mendonça	José Marcos Teodoro Carvalho
Sec. Esp. e Cult. - Adjunto	Tertulino F. de Lima Neto	Wagner Ferreira Lemes	Silvia R. Freire Gomes

Eleitorado e Votação

O SINT-UFG tem um universo de aproximadamente 2.700 filiados em condições de votar no próximo pleito, que será no dia 04 de abril, conforme edital de convocação elaborado, a partir dos Estatutos da Entidade. Urnas serão distribuídas nas Unidades/ Órgãos da UFG para coleta dos votos desses filiados.

Votação no Interior

Apesar do reduzido número de filiados lotados nos CAMPI AVANÇADOS todos terão o mesmo tratamento no processo eleitoral, com urnas instaladas em cada cidade para a coleta de votos. Nesse caso a votação será no dia 03 de abril, ficando a cri-

tério da Comissão Eleitoral o modo de apuração (se lá mesmo na cidade, ou se acumulada com a da capital). Essa comissão será formada já nos próximos dias, em comum acordo com os representantes de cada Chapa inscrita (mais uma lição de democracia).

APURAÇÃO

Terminada a votação geral, as urnas serão conduzidas para a Sede Social (CLUBE) do SINT-UFG, onde será procedida a apuração sob responsabilidade da Comissão eleitoral, cujos trabalhos não serão interrompidos, até a apuração do último voto válido e de todas as pendências possíveis, devidamente esclarecidas.

POSSE

A posse dos novos eleitos será no dia 05 de maio de 2000, em solenidade a ser programada de acordo com a Diretoria atual e a Diretoria eleita.

IMPUGNAÇÃO

Terminado o prazo de inscrição, fica aberto o prazo de **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** para apresentação de possíveis impugnações. Qualquer filiado tem direito de formular o ato impugnatório, capaz de impedir a participação de candidato ou chapa completa. O ato deverá ser feito por inscrito perante a Comissão Eleitoral.

PARTICIPAÇÃO

Lembre-se de que você filiado é a peça mais importante na vida do SINDICATO. Sua participação determina os atos decisivos na vida da Entidade. O seu voto é a causa determinante no comportamento de quem dirige os destinos do SINT-UFG. Por isso, nessa hora de eleição, mais do que nunca a sua presença é muito importante. Não se omita. Exercite o seu direito de cidadania. VOTE. Eleja a chapa de sua preferência. Analise as condições dos candidatos. Avalie as propostas. Apure as verdadeiras possibilidades de cada um e escolha aqueles que mais lhe convêm e, principalmente aqueles que poderão ser úteis ao nosso SINDICATO. Essa é a sua hora de decisão.

VOTE.

Nota da Executiva Nacional da CUT

Em repúdio ao reajuste indireto, concedido artificialmente em forma de “auxílio moradia” ao Poder Judiciário, tendo em

vista a ameaça de Greve Geral na Justiça brasileira, a Central Única dos Trabalhadores emitiu a seguinte

NOTA PÚBLICA DA CUT

A Central Única dos Trabalhadores sempre defendeu o processo de mobilização e pressão de qualquer categoria na luta por melhores condições de trabalho e aumento salarial.

Principalmente hoje, quando a política econômica do governo impõe grandes perdas aos trabalhadores brasileiros. Os servidores públicos amargam quase seis anos sem reajuste salarial.

Nosso salário mínimo é um dos menores do mundo, e a ausência de uma política salarial tem penalizado o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Por isso, a mobilização dos juízes federais por melhoria salarial é justa. O que não é justo é o descaso do governo com a ampla maioria do povo brasileiro. Para o povo, o governo reserva uma política econômica que causa perda do poder aquisitivo, recessão e desemprego.

Para as dezenas de milhões de trabalhadores na ativa e aposentados que recebem apenas o salário mínimo, o governo se recusa a

conceder um reajuste que eleva esse salário para R\$ 180,00, usando como argumento que isso afetará as contas públicas.

É essencial à democracia a existência de um Poder Judiciário forte e independente. No entanto, a liminar concedida pelo ministro do STF, Nelson Jobim, macula e desgasta ainda mais a imagem do judiciário brasileiro.

Não podemos admitir medidas como essa, tomadas a partir de pressão e influência do Poder Executivo.

É uma vergonha a concessão de até R\$ 3 mil de auxílio-moradia - ou a qualquer título-principalmente no momento em que o governo se opõe ao reajuste de R\$ 44,00 para o salário mínimo, e se recusa a discutir reajuste salarial para o conjunto do funcionalismo público e da classe trabalhadores brasileira.

João Antonio Felício
Secretário Geral
Executivo Nacional da CUT”